



PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Assembleia da República
Gabinete do Presidente

N.º de Entrada 281033

Classificação

ES 631021 / 1 / 1

Data

08/10/14

REQUERIMENTO

Número _____ / x (___ª)

PERGUNTA

Número 423 / x (4ª)

Expeça-se

Publique-se

15 / 10 / 2008

Q Secretária da Mesa

Assunto: **Preços dos manuais escolares**

Destinatário: **Ministra da Educação**

*Por determinação de SELPAR, à
Sra. Secretária da Mesa*

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia da República

08.10.15

O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português foi alertado para a existência de uma discrepância significativa entre os preços dos manuais escolares previsto na listagem de manuais adoptados pela Escola Secundária de Barcelos para o 7º ano de escolaridade (204,86€), que consta no sítio electrónico da escola e o preço real praticado pelas diversas livrarias (288,94€).

Significa isso que a diferença entre o anunciado preço e o custo verificado nas livrarias é de 84,08€, o que corresponde a 141% do previsto.

Segundo foi comunicado a este Grupo Parlamentar, essa diferença deve-se ao facto de serem vendidos em conjunto com os manuais escolares outros materiais (cadernos de exercícios, CD's, blocos, etc.) que a escola não solicita, mas que são fornecidos de forma agregada ao manual escolar. As livrarias não vendem, assim, os manuais sem os referidos materiais.

Isto significa, no entanto, um significativo aumento do esforço exigido às famílias para assegurar a compra dos manuais escolares, já de si representativa de tão importante fatia do orçamento familiar. Ao contrário do que é estabelecido na Constituição da República Portuguesa e dos princípios da Lei de Bases do Sistema Educativo, que apontam no sentido da gratuitidade do ensino, os manuais escolares tendem a aumentar os preços e a representar cada vez mais, um peso orçamental para as famílias, particularmente no início de cada ano lectivo.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio do **Ministra da Educação** me sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1- Tem o Governo conhecimento do caso exposto?

2- Que medidas tomará o Governo para assegurar que sejam disponibilizados pelas editoras e pelas livrarias os manuais escolares de acordo com o requerido pelos estabelecimentos de ensino e não de acordo com uma qualquer estratégia de vendas?

Palácio de S. Bento, 14 de Outubro de 2008

Deputados



Miguel Tiago



João Oliveira